

Transição diz que excedente de R\$136 bi não traz risco



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em sessão do plenário. Elaine Menke - 11.out.22/Divulgação Câmara dos Deputados

Lira dá recado a Lula e STF e diz que emenda de relator é prerrogativa do Congresso

Petista criticou mecanismo de alocação de recursos na campanha, enquanto Supremo se prepara para julgar legalidade do dispositivo

Cézar Feitoza

BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defendeu nesta segunda (21) que o Congresso Nacional não recue na discussão sobre as emendas de relator, consideradas por ele uma "prerrogativa" do Parlamento. Em recado ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao STF (Supremo Tribunal Federal), Lira disse que os parlamentares devem avançar ainda mais sobre suas atribuições até o limite do permitido pela Constituição. "É errado retroceder. Nós avançamos um pouco nas prerrogativas que, ao longo dos anos, abrimos mão. Nossa luta em Brasília é para que essas prerrogativas cresçam, para que se chegue no limite constitucional e não se avance um milímetro nem se recue um milímetro", afirmou.

Ao longo da campanha eleitoral, Lula foi um feroz crítico dessas emendas, enquanto o STF se prepara para julgar a legalidade do mecanismo que dá mais poderes ao Congresso no Orçamento e que também é usado como moeda de troca com o Executivo.

A declaração foi feita no painel político do Encontro de Valor 2022, promovido pela Abad (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores). Para Lira, as emendas de relator são "municipalistas, amplas e democráticas" porque, segundo Lira, o parlamentar conhece melhor as necessidades dos municípios do que o Executivo.

"O ministro ter que decidir sozinho esse recurso vai para Coté do Nôia, em Alagoas, ou Alagoa Grande, na Paraíba — e eu conheço muito o interior do Nordeste porque eu andava muito fazendo vaquejada. O ministro não tem essa sensibilidade", disse. "Essa escolha é aleatória, pela pressão do parlamentar, que muitas vezes tinha que ficar 5, 6 horas na antessala do ministro, com a pasta debaixo do braço, e os pedidos para dizer 'o meu município precisa de saneamento, de uma estrada, de uma casa, de uma água, precisa de uma escola, uma creche'", completou.

O Congresso turbinou as emendas de relator em 2022 e usou o mecanismo para negociações políticas com o governo Jair Bolsonaro (PL).

Por não serem impositivas, os parlamentares indicam,

por meio do relator do Orçamento, quais municípios devem receber os recursos, e cabe ao governo liberar a verba para o empenho das despesas. No evento, o presidente da Câmara disse que a inovação causou uma "democratização" do Orçamento e não privilegiou o governo Bolsonaro. O parlamentar ainda defendeu que as emendas passem a ser impositivas — ou seja, que o governo seja obrigado a pagar as despesas indicadas pelos parlamentares.

"[Em] todos os países mais evoluídos, o Orçamento é simplesmente impositivo na sua totalidade. Depois da discussão do Parlamento, o Executivo tem que cumprir as prioridades que foram discutidas pelo povo [...]. Todos [no Congresso] representam parcela da população. Todos têm a legitimidade das urnas", disse.

Durante a campanha presidencial, Lula fez críticas às emendas de relator. "O Orçamento é chamado de secreto porque o destino desses recursos é mantido em segredo. Mas todo mundo sabe para onde esse dinheiro vai: fraudes e desvios de verbas", disse em um dos programas da propaganda eleitoral na TV. Eleito, Lula e aliados passaram a remodelar o discurso diante da possibilidade de o STF reverter o julgamento e decidir pela inconstitucionalidade do uso das emendas. A avaliação é que uma mudança de posição do Supremo poderá atrapalhar a construção de apoio político do petista no Congresso em um cenário delicado, com a necessidade de aprovar a PEC da Transição às vésperas da votação do Orçamento de 2023.

Auxiliares de Lula já falam na possibilidade de essas emendas passarem por ajustes, mas não serem extintas. Parlamentares aliados do petista sinalizaram à cúpula da Câmara e do Senado, por exemplo, que pode haver uma coordenação entre Executivo e Legislativo para priorizar programas nas áreas de habitação e saúde que podem atender a demandas das bases eleitorais dos congressistas.

As emendas de relator somam R\$ 16,5 bilhões no Orçamento deste ano. Para 2023, o valor previsto é ainda maior: R\$ 19,4 bilhões.

Arthur Lira tem se movimentado nos bastidores para tentar se reeleger à presidência da Câmara. A avaliação da

+ O QUE SÃO E COMO FUNCIONAM AS EMENDAS PARLAMENTARES. A cada ano, o governo tem que enviar ao Congresso até o fim de agosto um projeto de lei com a proposta do Orçamento para o ano seguinte. Ao receber o projeto, congressistas têm o direito de direcionar parte da verba. Isso se dá por meio das emendas.

TIPOS DE EMENDAS Individuais Apresentadas individualmente pelos 594 congressistas. Cada um pode apresentar até 25 emendas em valor determinado pelo Orçamento. Pelo menos metade desse dinheiro tem que ir para a Saúde.

Coletivas Subdivididas em emendas de bancadas estaduais e de comissões permanentes (da Câmara, do Senado, do Senado e mistas, do Congresso), sem teto de valor definido.

Do relator sob comando do relator do Orçamento, de código RP9, são divididas politicamente entre parlamentares alinhados ao comando do Congresso e ao governo.

cúpula da Casa é que o deputado alagoano é o único concorrente de peso no momento.

Duas semanas após o segundo turno da eleição, Lira recebeu Lula na residência oficial da presidência da Câmara.

Participaram do encontro o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), e lideranças petistas, como Gleisi Hoffmann e Reginaldo Veras. No encontro, Lula defendeu o diálogo com o centro e prometeu não interferir nos processos de escolha dos novos presidentes do Congresso. A manifestação foi entendida como um aceno à reeleição de Lira no comando da Câmara.

Em troca, há uma expectativa de que Lira trabalhe pela aprovação da PEC da Transição, essencial para que Lula acomode no Orçamento verbas para cumprir em 2023 algumas de suas principais promessas de campanha.

Em um segundo momento, afirmam petistas ouvidos pela reportagem, a ideia é que haja uma aliança formal entre Lira e Lula, o que daria ao presidente eleito parte do centro e uma base muito mais sólida na Câmara do que se contasse apenas com a esquerda e com partidos de centro e de direita hoje independentes, como PSD e MDB.

De acordo com aliados de Lula, o presidente da Câmara dos Deputados se mostrou bastante receptivo à ideia de manter um entendimento com o PT, em troca do apoio ou da não interferência em sua campanha à reeleição — apesar do histórico de divergências na campanha. Mesmo com esses acenos, um grupo de aliados do presidente eleito tem defendido nos bastidores que o novo governo federal deveria construir uma candidatura alternativa a Lula — que eles enxergam com desconfiança.

Esse plano dependeria da formação de uma base ampla no Congresso Nacional e de uma articulação entre os partidos governistas para o lançamento de um nome para enfrentar Lira na eleição.

Nos últimos dias, o atual presidente da Câmara avançou sobre partidos que devem integrar a coalizão de Lula, com o objetivo de esvaziar essa possibilidade. Lira reforçou o compromisso de apoio do PSD e de uma ala do MDB. Também abriu conversas para fechar uma aliança com parlamentares da União Brasil.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4